Ata da Sessão Ordinária do dia 20 de maio de 2014.

Às 17h26min, do dia 20 de maio de 2014, no Plenário da Câmara Municipal, sito a Avenida São Francisco, 320, Primavera, reuniram-se em Sessão Ordinária os seguintes vereadores: Ayrton Zorzi, Adriano da Farmácia, Braz Andrade, Dr. Paulo, Dulcinéia Costa, Flávio Alexandre, Gilberto Barreiro, Hamilton Magalhães, Hélio Carlos, Lilian Siqueira, Mário de Pinho, Maurício Tutty, Nei Borracheiro, Rafael Huhn e Wilson Tadeu Lopes. Aberta a Sessão, sob a proteção de Deus, o Presidente colocou em discussão a Ata da Sessão Ordinária do dia 13/05/2014. Não havendo vereadores dispostos a discutir, a Ata foi colocada em **única votação**, sendo aprovada por 13 (treze) votos. O Ver. Ayrton Zorzi não votou. Em seguida, o Presidente determinou que o 1º Secretário da Mesa Diretora procedesse à leitura dos expedientes encaminhados à Câmara. **EXPEDIENTE DO EXECUTIVO:** -Ofício 159/2014 encaminhando o Projeto de Lei 622/2014 que "autoriza o chefe do Poder Executivo a conceder reajuste salarial aos servidores municipais, reajusta o valor do cartão alimentação e dá outras providências". - Ofício nº 151/2014 encaminhando a Lei nº 5454/2014 sancionada pelo Poder Executivo. **EXPEDIENTE DE DIVERSOS: -** Documento encaminhado pela Presidente do PT de Pouso Alegre outorgando autorização ao Ver. Hélio Carlos para assinar documento de formação de Bloco Parlamentar na Câmara Municipal de Pouso Alegre. - Ofício encaminhado pelo Presidente do Partido Verde outorgando autorização à Ver. Dulcinéia Costa para assinar documento de formação de bloco parlamentar na Câmara Municipal de Pouso Alegre. - Documento encaminhado pelo Secretário-Geral do PMDB Nacional informando ao Ver. Ayrton Zorzi que a formação de bloco parlamentar depende exclusivamente da manifestação da bancada do partido. - Documento encaminhado pela Presidente do PROS de Pouso Alegre, conferindo poderes ao Ver. Maurício Tutty para a formação de Bloco Partidário na Câmara Municipal de Pouso Alegre. - Comunicados do Ministério da Saúde referentes à liberação de recursos financeiros para o Fundo Municipal de Saúde, no valor total de R$ 253.838,00. - Ofício encaminhado pela Enfermeira Estomaterapeuta do Ambulatório de Estomaterapia da Secretaria Municipal de Saúde de Pouso Alegre, Sra. Cláudia Regina de Souza Santos, solicitando a modificação da data para uso do Plenário desta Casa, em referência à 3ª Capacitação na área de assistência em estomas internais e urinário, do dia 30/07/2014 para o dia 23/07/2014. - Convite da Polícia Militar relativo à comemoração da Páscoa dos Militares da 17º RPM, com palestra no dia 20 de maio às 09h, missa no dia 22 de maio às 19h30min e culto no dia 23 de maio às 19h30min, todos a serem realizados no auditório do 20º Batalhão da Polícia Militar. **EXPEDIENTE DO LEGISLATIVO:** INDICAÇÃO: Vereador(a) Braz Andrade: - Nº 00326/2014: Solicita a manutenção da Travessa João Pereira de Freitas, (que dá acesso a Diquinha), no bairro São Geraldo. - Nº 00327/2014: Solicita a instalação de um redutor de velocidade na Rua Abrelino Vieira Rios, próximo ao número 538, no bairro Jardim Olímpico. - Nº 00328/2014: Solicita a instalação do Arco Olímpico na Avenida José Agripino Rios, no bairro Jardim Olímpico. - Nº 00329/2014: Solicita a iluminação, limpeza e restante do calçamento da Travessa Daniel Paulino dos Santos, no bairro São Geraldo. - Nº 00330/2014: Solicita a restauração e iluminação da praça existente na Rua Antônio Pereira Sobrinho, no bairro São Geraldo. - Nº 00356/2014: Reitera a solicitação para que se providencie a instalação de redutores de velocidade nas Ruas Joaquim Benedito de Paula e João Sabino, no bairro São Geraldo. - Nº 00357/2014: Solicita a limpeza e a capina em todas as vias do bairro São Geraldo. Vereador(a) Adriano da Farmácia: - Nº 00331/2014: Solicita gestões junto à Cemig, para que providencie a manutenção na iluminação pública da Rua João Batista Piffer, no bairro São Cristovão. - Nº 00332/2014: Solicita a limpeza e a capina das praças localizadas no bairro Morumbi. - Nº 00333/2014: Solicita que providencie uma notificação ao proprietário de um lote situado na Rua 11, na altura do número 240, no bairro Jatobá, pedindo que seja feita a devida limpeza no local. - Nº 00334/2014: Solicita a manutenção com patrolamento e cascalhamento das estradas rurais do bairro dos Ferreiras. - Nº 00335/2014: Solicita a manutenção com patrolamento e cascalhamento das estradas rurais do Bairro Imbuia. - Nº 00336/2014: Solicita a realização de operação tapa-buracos ou recapeamento asfáltico, em todas as ruas do Loteamento Bela Itália. - Nº 00337/2014: Solicita a limpeza e a capina urbana, nas vias do Loteamento Bela Itália e a notificação dos proprietários de terrenos para limpeza dos seus lotes. - Nº 00338/2014: Solicita a limpeza e capina do canteiro central da Avenida Ayrton Senna. Vereador(a) Ney Borracheiro: - Nº 00339/2014: Solicita poda de árvore na Avenida Nélio Gomes da Siqueira, no bairro São Cristóvão. - Nº 00340/2014: Solicita a implantação de sentido único de trafego na Rua Vereador José Rigotti, no bairro Jardim Noronha. - Nº 00341/2014: Solicita a limpeza e a capina da estrada de acesso ao Cristo, no Bairro Santa Adélia. - Nº 00342/2014: Solicita a mudança do local do ponto do circular na Avenida Prefeito Olavo Gomes de Oliveira em frente aos números 54 e 77 no bairro São Cristóvão. - Nº 00343/2014: Solicita o reforço do policiamento no Bairro Pantano no dia 07 de junho de 2014. - Nº 00344/2014: Solicita poda de árvore no bairro Santa Filomena, na Rua Nalto Rezende Coutinho, altura do nº 06. - Nº 00345/2014: Solicita o patrolamento no bairro Portal do Ipiranga. - Nº 00346/2014: Solicita o patrolamento no bairro Caiçara. Vereador(a) Ayrton Zorzi: - Nº 00347/2014: Solicita a realização de operação tapa-buracos na Rua Madre de Souza, no Bairro Costa Rios, em toda sua extensão. - Nº 00349/2014: Solicita a realização de operação tapa-buracos na Rua Ditinha Rezende e ruas adjacentes, no bairro Jardim Paraíso. - Nº 00350/2014: Reitera a solicitação de operação tapa-buracos na Rua Regis Sales de Paula, no Bairro Jardim Paraíso, próximo ao nº 115. Vereador(a) Dr. Paulo: - Nº 00348/2014: Solicita a instalação de faixa elevada na Rua Luiz Gonzaga Nunes Maia, em frente ao CAIC Árvore Grande, no Bairro Shangri-Lá. Vereador(a) Mário de Pinho: - Nº 00351/2014: Solicita a instalação de três redutores de velocidade na rua Maria Guilhermina Franco, no bairro Costa Rios, em caráter de urgência. - Nº 00352/2014: Reitera a solicitação para que se realize o asfaltamento ou o calçamento com bloquetes, em frente a igreja da comunidade de São Sebastião, no bairro de São Sebastião do Pantaninho. - Nº 00353/2014: Reitera a solicitação para que se realize o asfaltamento ou calçamento com bloquetes, em frente a Igreja da comunidade de São Pedro, no bairro da Serrinha. - Nº 00354/2014: Solicita o patrolamento e o cascalhamento em toda extensão da estrada do bairro São José do Pantano. - Nº 00355/2014: Reitera a solicitação para que se realize o asfaltamento ou o calçamento de algumas ruas do bairro São Geraldo. MOÇÃO: - Nº 00092/2014: Moção de Aplauso ao Sr. Eduardo Lúcio Pereira. - Nº 00093/2014: Moção de Aplauso à Sra. Patricia Pereira Rosa. - Nº 00094/2014: Moção de Aplauso à Sra. Mayra Abrantes. - Nº 00095/2014: Moção de Aplauso à exposição de artes “Desenhos e Obras de Minas”. - Nº 00096/2014: Moção de Reconhecimento à Sra. Cristiane Reis da Silva Costa. - Nº 00097/2014: Moção de Aplauso à 4ª Vara Civil e a todos os seus colaboradores pela comemoração de 11 anos desta Vara. PROJETO: - Projeto de Lei Nº 7054/2014 de autoria do(a) Vereador(a) Braz Andrade: DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE VIA PÚBLICA: RUA MARIA GORETI DE SOUZA GONÇALVES (\*1957 +2013). - Projeto de Lei Nº 7055/2014 de autoria do(a) Vereador(a) Rafael Huhn: DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO: RUA ARNALDO BAGGIO (\* 1916 + 2010). - Projeto de Lei Nº 7056/2014 de autoria do(a) Vereador(a) Lilian Siqueira: DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO: RUA BERNADETE DA SILVA BORGES (\*1956 +2007). - Projeto de Lei Nº 7057/2014 de autoria do(a) Vereador(a) Braz Andrade: DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO: TRAVESSA RITA MARIA DOS SANTOS (\* 1908 + 2005). - Projeto de Lei Nº 7058/2014 de autoria do(a) Mesa Diretora: CONCEDE REAJUSTE DE VENCIMENTOS AOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG, A PARTIR DE 01 DE ABRIL DE 2014, BEM COMO REAJUSTE NO VALOR DO CARTÃO ALIMENTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. - Projeto de Resolução Nº 1228/2014 de autoria do(a) Mesa Diretora: CONCEDE REPOSIÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES, NOS TERMOS DO ART. 37, X DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. REQUERIMENTO: - Requerimento Nº 21/2014 de autoria do(a) Vereador(a) Wilson Tadeu Lopes: SOLICITA VOTAÇÃO ÚNICA PARA O PROJETO DE LEI Nº 622/14 AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CONCEDER REAJUSTE SALARIAL AOS SERVIDORES MUNICIPAIS, REAJUSTA O VALOR DO CARTÃO ALIMENTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. - Requerimento Nº 22/2014 de autoria do(a) Mesa Diretora: SOLICITA VOTAÇÃO ÚNICA PARA O PROJETO DE LEI Nº 7058/14 QUE CONCEDE REAJUSTE DE VENCIMENTOS AOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE, A PARTIR DE 01 DE ABRIL DE 2014, BEM COMO REAJUSTE NO VALOR DO CARTÃO ALIMENTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. OFÍCIO: - Documento assinado pelos vereadores Hélio Carlos, Ayrton Zorzi, Dulcinéia Costa e Maurício Tutty comunicando a formação do bloco parlamentar “Pouso Alegre para Todos”. - Ofício dos vereadores Adriano César Pereira Braga (PTN) e Paulo Valdir Ferreira (PSL) comunicando a criação do Bloco Parlamentar denominado "Unidos", e indicando o vereador Adriano César Pereira Braga como líder do bloco. - Ofício dos vereadores Hamilton Magalhães (PTB) e Lilian Siqueira (PSDB) comunicando a criação do Bloco Parlamentar denominado "Todos por Pouso Alegre", e indicando a vereadora Lilian Siqueira como líder do bloco. PARECER: - Parecer exarado pelo Consultor Jurídico da Câmara Municipal de Pouso Alegre, Dr. Adriano de Matos Junior, em referência ao Requerimento nº 20/2014, sugerindo que a Mesa Diretora acate o parecer jurídico do douto Procurador Tiago Reis da Silva, abrindo-se prazo para a indicação dos membros da Comissão, pelos seus líderes de partidos e ou blocos, nas recomendações técnicas apresentadas no parecer. - Parecer exarado pelo Procurador da Câmara Municipal de Pouso Alegre a respeito do Requerimento nº 20/2014, informando que se afiguram atendidos todos os requisitos constitucionais e legais necessários à constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito. Encerrada a leitura dos expedientes, o Presidente Gilberto Barreiro comunicou que o uso da Tribuna seria conforme o disposto no art. 172, § 1º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pouso Alegre, para concessão do uso da palavra ao Secretário Municipal de Saúde. Informou ainda que em após o discurso do Secretário de Saúde, seria aberta a palavra aos vereadores, que teriam 5 (cinco) minutos para questionamentos. Às 17h56min ocupou a tribuna o **Secretário Municipal de Saúde, Dr. Luiz Augusto de Faria Cardoso**, que iniciou seu pronunciamento informando que prestará os esclarecimentos a tempo, para que todos possam ter ciência do assunto. Acredita ser de suma importância que todos, população, Poder Executivo, vereadores e imprensa, tenham acesso às informações divulgadas no noticiário. Declarou que não gostaria de delongar o discurso, em função da expectativa de respostas. Comentou que a partir do momento que tomou conhecimento dos valores que chamaram atenção, foi iniciada uma busca incessante, através de instrumentos de apuração internos, e inclusive através de uma sindicância aberta, atendendo a uma solicitação do Ministério Público, com quem já se reuniu para tentar chegar a uma conclusão. Destacou que a apuração está acontecendo, da maneira mais criteriosa e sensata possível. Informou que os instrumentos serão todos respeitados e contarão com seu apoio e da Administração Municipal, que é comprometida com a transparência. Declarou que a origem da informação consta do Portal Transparência, o que demonstra a importância da ferramenta de conhecimento público. Declarou que a Administração Municipal não teve a preocupação de que isso não aparecesse no Portal Transparência, já que o que consta reflete prestação de serviços, as quais foram feitas e pagas. Destacou que em busca da transparência, tem movido uma força-tarefa para demonstrar para a população o que de fato representam os números. Informou que, neste contexto, dentro da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre os supersalários não existiram, pois os valores não representam o salário de um profissional. Fez um histórico dentro de uma problemática atual relacionadas às faltas de médicos e à dificuldade que a Administração Pública tem de preencher os seus cargos públicos no que se refere aos profissionais médicos. Comentou sobre a dificuldade de formar um médico no país, chamando a atenção para o tempo de formação do profissional. Destacou que o investimento na formação do profissional culmina numa série de oportunidades futuras, em que as mais sacrificadas são as públicas. Comentou sobre a dificuldade de manter um profissional médico na rede pública de saúde, afirmando que é necessário tratá-lo a “pão-de-ló”, provendo de tudo para que o profissional permaneça no município, não sendo uma questão exclusiva de Pouso Alegre. Afirmou que o mesmo raciocínio é também de gestores de município de médio e grande porte, que se desdobram para manter um profissional médico dentro da sua rede pública. Apresentou dados do Ministério da Saúde a respeito dos postos de trabalho na rede pública de saúde. Declarou que demanda na saúde não tem fim. Comentou que existem aqueles que dizem que a saúde é um buraco sem fundo, pois há investimentos, porém as necessidades só aumentam. Destacou que há discussão em nível nacional, especialmente em relação ao Programa “Mais Médicos”, cujo objetivo é sanar a necessidade de profissionais médicos. Chamou atenção para o atual momento do município, destacando o trabalho de outros gestores que fizeram grandes esforços pela saúde da cidade. Lembrou das tentativas que foram feitas, como os concursos públicos, processo simplificados de contratação, cooperativas médicas, que não solucionaram o problema. Destacou que vários concursos e processos simplificados demonstraram a carência de profissionais da área, mesmo com a melhora das condições. Comentou que os gestores públicos devem achar uma solução para que a população não fique sem atendimento médico. Citou que dentre as possibilidades, o caminho utilizado atualmente foi o escolhido. Contabilizou no município 17 (dezessete) profissionais concursados e somente 4 (quatro) contratados. Ressalvou que esse número está sendo muito difícil de modificar, já que são abertos concursos e contratos, e não aparecem interessados. Exemplificou com um processo seletivo para médico da saúde da família, com 5 (cinco) vagas, e apenas 2 (duas) preenchidas. Afirmou que a população não quer saber de onde chegaram os médicos, mas sim ser atendidas, o que significa a vida de uma pessoa. Declarou que se uma pessoa busca um local num momento de emergência, e não encontra um profissional, o desfecho do problema pode acontecer da pior maneira possível. Afirmou que manteve uma situação que acontecia em outros tempos. Explicou que a situação consistia em a diretoria, verificando a indisponibilidade de médicos da rede de assumir plantões, principalmente em horários, dias e situações ingratas, como feriados, finais de semana e plantões noturnos, e situações extraordinárias, buscava aquele que tinha disponibilidade, que não estava no rol de concursados e nem de contratados. Afirmou que não se pode esquecer que Pouso Alegre é uma cidade pólo de formação médica e de assistência à saúde. Declarou que os médicos recém formados precisam trabalhar, e não se importam se é feriado ou fim de semana. Acredita que encontraram uma solução paliativa para resolver um problema de ordem de força maior. Declarou que esses profissionais endossaram esse grupo que, a partir do levantamento efetuado pela Secretaria de Saúde, observaram ser mais de 40 (quarenta) profissionais médicos não concursados e não contratados, que prestaram serviço à vida. Afirmou que não possui motivos para esconder essa situação, já que esta não é uma prática exclusiva do município de Pouso Alegre, nem da Secretaria de Saúde. Afirmou que este é um problema enfrentado por diversas Prefeituras do país. Destacou que os 40 (quarenta) médicos endossam os valores que compõe o montante apresentando no Portal Transparência. Apontou que é da preocupação do Poder Legislativo, do Poder Executivo e da população, encontrar soluções para o problema identificado, mas sem deixar de garantir assistência à vida. Destacou o que representa a falta de um médico para uma unidade de saúde. Comentou que os esclarecimentos sobre a situação passam por essa conjuntura. Afirmou que a apuração está sendo realizada e, certamente, terá a oportunidade esclarecer as questões pontualmente naquilo que restar alguma dúvida. Esclareceu que no levantamento já iniciado não constatou uma situação de apropriação inadequada de recursos, nem houve qualquer indício de desvio de recursos, alegando que houve boa-fé em resolver um problema, que se sabe o que pode significar se interrompido abruptamente. Afirmou que nesse processo cabe a disposição da Câmara Municipal para avaliar o impacto na população. Afirmou que a Secretaria de Saúde está tentando garantir os profissionais. Reconheceu que muitas melhorias precisam ser realizadas. Colocou-se à disposição, informando que o instrumento vem de outros tempos, destacando que não são exclusivos da área de saúde pública. Informou que no compromisso com a saúde pública, esse foi o instrumento paliativamente utilizado. Destacou que esteve no Ministério Público, externando sua preocupação de como seria possível, burocraticamente, resolver o problema sem impacto maior à população. Declarou-se disposto a ouvir e acatar dispositivos que tentem apresentar uma solução para a questão. Acredita que da Câmara Municipal terá algo que possa corroborar o processo. Espera concluir toda a apuração com o máximo de transparência e agilidade, sem que haja qualquer exposição injusta, com apuração real dos fatos. Citou que não tem experiência pública, mas acredita que os gestores que passaram por toda dificuldade, pedindo que busquem soluções no trabalho pela saúde. Citou ações realizadas pela atual Administração na área da saúde. Anunciou que em breve haverá mais uma farmácia no bairro Cidade Jardim. Comentou ainda sobre a gestão plena da saúde. Destacou as novas instalações da Secretaria de Saúde. Falou sobre a criação de ouvidorias. Afirmou que a atual gestão tem trabalhado pela melhoria da saúde no município. O Presidente Gilberto Barreiro solicitou que o 1º Secretário iniciasse a chamada para os questionamentos, que deveriam durar 5 (cinco) minutos. Às 18h30min o **Ver. Flávio Alexandre** iniciou seu pronunciamento questionando se o Secretário de Saúde era ordenador de despesa. O Secretário respondeu que todos os Secretários Municipais eram ordenadores de despesa. O Ver. Flávio Alexandre questionou o motivo pelo qual somente três médicos receberam os valores considerados como supersalários. O Secretário respondeu que existem médicos concursados e contratados. Declarou que estes são profissionais recém formados, com maior disponibilidade, que suprem as necessidades extras no âmbito da saúde de Pouso Alegre. Sobre a médica Maria do Carmo, o Secretário informou que ela era diretora do setor. Destacou que cabe ao diretor estabelecer a presença do profissional no local da prestação de serviços. Declarou que os médicos recorriam à diretoria para suprir as necessidades. Afirmou que os maiores valores foram pagos à Sra. Maria do Carmo pelo fato de ela ocupar uma posição de direção, que atendia às necessidades extras. Sobre os outros dois médicos, comentou que a situação era equivalente, já que colaboravam na busca de outros profissionais para atender a demanda. Afirmou ainda que os médicos trabalhavam quase exclusivamente no sentido de atender as necessidades do município. Informou que o levantamento tem sido feito e serão divulgados oportunamente. O Ver. Flávio Alexandre destacou que a Secretaria de Saúde procurou formas alternativas para contratação dos médicos, questionando se em algum momento foi verificada a legalidade das formas de contratação. O Secretário de Saúde comentou sobre as formas paliativas de contratação dos médicos extras. Declarou que conhece os instrumentos mais adequados, como concurso e processo seletivo simplificado, e que gostaria de ter essa solução. Comentou que várias tentativas foram feitas, informando que a atual situação é muito complicada. Afirmou que ou a Secretaria se compromete com a burocracia, deixando de prover profissionais, ou se compromete com a população, oferecendo médicos que farão o atendimento. Destacou que, como médico, optou por manter o atendimento à população, mantendo-se aberto para outros métodos. O Presidente Gilberto Barreiro informou que cada vereador tem direito a uma pergunta para resposta do Secretário de Saúde. Às 18h38min o **Ver. Mário de Pinho** iniciou seu pronunciamento citando o texto da Constituição Federal a respeito dos serviços de saúde. Citou o pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito protocolado na semana anterior. Afirmou que o mecanismo de contratação dos médicos é constitucionalmente permitido. Questionou se faltarão médicos nos pronto- atendimentos se a Secretaria de Saúde não puder utilizar do método atual. O Secretário de Saúde afirmou que faltarão médicos. Declarou que os médicos extras são os garantidores da assistência médica do município. Declarou que se não existir um método rápido e seguro para contratação, faltarão médicos para atender os cidadãos. Às 18h41min o **Ver. Dr. Paulo** iniciou seu pronunciamento pedindo que os questionamentos realizados pelos vereadores constassem em ata. Requisitou que o Secretário fosse sintético em suas respostas com o objetivo de oferecer transparência. Questionou se os contracheques que constam no Portal Transparência foram pagos. O Secretário de Saúde informou que os valores aconteceram, não com o objetivo de contemplar um único salário, mas sim com o intuito de arcar com o salário de outros médicos que também prestaram serviço, não correspondendo a um supersalário, mas sim a um montante para pagamento de outros salários. O Ver. Dr. Paulo citou os valores pagos aos médicos ao longo dos últimos dezoito meses, afirmando que o Secretário de Saúde não considera como pagamento de um supersalário de apenas uma pessoa. Questionou se os valores foram pagos na conta de uma única pessoa, com o objetivo de remunerar outras profissionais de forma coletiva, mesmo que estes não fizessem parte do quadro de servidores ou contratados da Administração Municipal. O Secretário de Saúde declarou que os salários serviram para atender a necessidade de várias situações como plantões e necessidades assistenciais, que de alguma maneira precisavam ser pagos. Destacou que a Administração se utilizou de um dispositivo paliativo que já havia sido usado em outras gestões. O Ver. Dr. Paulo, remetendo-se ao discurso do Secretário de Saúde, declarou que o pagamento de supersalários já havia sido utilizado anteriormente. Pediu que o Secretário de Saúde fizesse uma descrição do que os plantonistas estavam recebendo. O Secretário de Saúde informou que essa informação está compreendida no levantamento que está sendo realizado, adiantando que representa necessidades relacionadas a plantões, citando exemplos como feriados, em que se paga dobrado, e feriados prolongados, além das licenças dos médicos do quadro de servidores. O Ver. Dr. Paulo comentou que se os valores pagos a um único profissional não é deste profissional, mas sim de outros médicos que trabalharam e receberam através de um terceiro, perguntou se o Secretário de Saúde entende ser possível fechar as contas, ou seja, num período de um mês, dando plantão, em relação ao valor pago pela Prefeitura Municipal, é possível justificar o pagamento de R$ 92 (noventa e dois) mil. O Secretário de Saúde destacou que o Ver. Dr. Paulo foi Diretor do Pronto-atendimento do bairro São João na época da cooperativa, que foi um período polêmico, com o fechamento da cooperativa. Afirmou que existe a dificuldade de encontrar profissional, não somente para atender a necessidade dos Pronto-atendimentos. Declarou que outras necessidades foram atendidas com os valores pagos, como unidades de saúde, unidades especializadas e exames de piscina. Informou que a comprovação será feita após a apuração que está sendo realizada. Comentou que no levantamento inicial foi encontrado que os serviços prestados foram pagos. Às 18h49min o **Ver. Gilberto Barreiro** iniciou seu pronunciamento questionando se caso haja uma intervenção, a população será prejudicada. O Secretário de Saúde confirmou a hipótese. O Ver. Gilberto Barreiro comentou que no início da gestão, o Secretário de Saúde era o então Vice- Prefeito. Perguntou se este possuía conhecimento do fato discutido. O Secretário de Saúde declarou que quando foi nomeado para ocupar o posto, preocupou-se em se interar sobre as coisas que aconteciam no âmbito da Secretaria. Informou que nesse período tomou conhecimento desta situação, afirmando que não desejava que sua atuação impactasse na população, pois acreditava que os cidadãos não poderiam ser penalizados por qualquer ação administrativa ou burocrática. Afirmou que desde então buscaram uma solução, mas até o momento não chegaram a ela. Às 18h51min o **Ver. Maurício Tutty** iniciou seu pronunciamento declarando que considera a discussão importante, porque demonstra a evolução da sociedade. Destacou a declaração do Secretário de Saúde de que não existe supersalário, já que o repasse não é feito a uma única pessoa. Questionou se o Secretário de Saúde e a Administração Municipal estão tranquilos para passar pelo processo e apresentar todos os médicos que ofereceram contribuição para a saúde do município à Comissão Parlamentar de Inquérito. O Secretário de Saúde informou que os médicos existem, e inclusive já se manifestaram no sentido de auxiliar no processo, além dos dispositivos de comprovação da prestação de serviços. Declarou que possui o compromisso de fornecer todos os instrumentos necessários para a elucidação dos fatos. Afirmou que os médicos estão angustiados, pois não sabem o que fazer, ou seja, se continuam trabalhando da mesma forma. Remeteu a discussão à Câmara Municipal a respeito dos procedimentos que serão adotados. Às 18h56min o **Ver. Adriano da Farmácia** iniciou seu pronunciamento apresentando pontos do discurso do Secretário de Saúde, especialmente em relação à afirmação de que não existem supersalários. Declarou que nos Pronto-atendimentos dos bairros São Geraldo e São João não existem médicos à disposição da população. Questionou onde estão os médicos plantonistas aos quais o Secretário de Saúde se referiu. Destacou que, conforme discurso do Secretário de Saúde, o modelo de contratação utilizado é um paliativo que dura mais de dois anos. Citou o discurso do Secretário de Saúde, que afirmou que a prática é ilegal, mas serve para atender a população de Pouso Alegre. Afirmou que não percebe o atendimento necessário para a população da cidade. Referiu-se ao discurso do Secretário de Saúde, que alegou que o instrumento utilizado vem se arrastando há muito tempo. Questionou o motivo pelo qual o Secretário de Saúde foi omisso quanto à ilegalidade e continuou apoiando um ato ilegal. Comentou que os médicos que receberam os supersalários não são cooperativas. Perguntou por que somente após a divulgação através da imprensa e das redes sociais dos supersalários houve a abertura da sindicância, questionando ainda o motivo pelo qual não foi feito antes. Afirmou que havia omissão há muito tempo. Declarou que existe um aparato por trás do serviço prestado pela Secretaria de Saúde, com a Secretária de RH e Secretaria de Financeiro. Questionou o motivo pelo qual a Procuradoria não verificou o erro. Perguntou onde está aplicado o dinheiro da Saúde. Citou o dispositivo constitucional que trata da remuneração dos servidores públicos. Questionou qual era a vantagem que os médicos obtinham para receber o salário dos outros médicos em sua conta, já que existem descontos, com a declaração de imposto de renda. O Secretário de Saúde informou que sobre a inexistência de médicos nos Pronto-atendimentos não condiz com a realidade. Declarou que existem dificuldades que devem ser superadas. Afirmou que existem situações de atrasos dos médicos, que serão corrigidas. Destacou que a Administração proverá as refeições dos médicos no próprio Pronto-atendimento para que o profissional não necessite deixar o local de trabalho. Em relação aos supersalários, afirmou que os salários não serviam para pagar um ou outro médico, mas sim remunerava mais de um profissional médico, destacando que não existia supersalário. Sobre vantagens, acredita que é necessário apurar, já que considera que não existe nenhum tipo de vantagem, mas sim uma situação real onde há uma diretora responsável por prover os profissionais, e os contratados que se disponibilizam para atender nos momentos de necessidade. Desafiou quem possa falar que não existem problemas na Saúde. Afirmou que a obrigação é prover de infra-estrutura, com profissionais para atender as necessidades, que geralmente acontecem nos piores momentos. Declarou que seu compromisso é garantir o atendimento à população. Disse que seria omisso se ficasse sentado atrás de uma mesa, preocupado com os papéis, e desse uma ordem de interrupção dos atendimentos, para que pudesse colocar os papéis em dia. Falou que não deixou de oferecer assistência, utilizando-se dos métodos que possuía. Pediu que caso algum vereador tivesse uma solução para o problema, que compartilhasse. Às 19h07min o **Ver. Ayrton Zorzi** iniciou seu pronunciamento afirmando que acredita que tudo se resolverá da melhor maneira possível. Lembrou-se de algumas audiências públicas que aconteceram, em que trataram dos temas saúde e segurança. Destacou que a respeito da segurança, os vereadores receberam questionamentos a respeito da insegurança vivida pela população. Numa das audiências, declarou que autoridades de segurança pública se manifestaram afirmando que não existe contingente suficiente para atender a demanda. Questionou se está faltando médico. Perguntou ainda se falta médico no Pronto-atendimento. Questionou também se alguém deixou de ser atendido por falta de médico. O Secretário de Saúde citou o problema vivido pelos agentes de segurança pública. Comentou que a Saúde também passa por essa situação. Acredita que é necessário ter o profissional à disposição. Declarou que o plantonista nunca sabe como será seu dia de trabalho. Afirmou que atualmente falta contingente efetivo médico no município de Pouso Alegre. Informou que não existe opção, restando somente duas alternativas: ser omisso, garantindo a burocracia, não permitindo que os profissionais atendam; ou optar pela assistência, encaminhando os médicos para o plantão. Afirmou que busca o caminho de garantir a presença do profissional. Destacou que se deixar de fazer a opção pelo atendimento, irá contra os seus princípios de ética e de vida. Declarou que existem mais de 40 (quarenta) profissionais para suprir as necessidades do município, que não puderam ser garantidos por processos seletivos ou concursos. Às 19h13min a **Ver. Dulcinéia Costa** iniciou seu pronunciamento destacando que o Secretário de Saúde afirmou que não existiu o pagamento de supersalários, dizendo que os valores foram repassados para pelo menos 40 (quarenta) médicos. Lembrou ainda sobre a dificuldade de contratar médicos, que também ocorre em outros municípios. Informou que no IML do município está faltando médico legista. Acredita que os médicos deveriam ser contratados através de processo seletivo simplificado ou concurso público. Comentou que no último processo seletivo, com 10 (dez) vagas, somente 3 (três) foram ocupadas. Solicitou explicações sobre o motivo pelo qual o município não aderiu ao Programa “Mais Médicos” ou à cooperativa. Questionou qual é o número médio de atendimentos médicos nos Pronto-atendimentos. Perguntou, por fim, qual o número de pessoas cadastradas no SUS Municipal. O Secretário de Saúde afirmou que o Programa “Mais Médicos” é um programa que visa atender uma necessidade de garantir o profissional médico em locais de difícil acesso, com vulnerabilidade social. Manifestou que em sua opinião, numa cidade que é pólo de formação médica, com uma faculdade de medicina, que forma 70 (setenta) médicos por ano, não seria justo com seus colegas, impossibilitando-os de atender a população do município. Acredita que o Programa “Mais Médicos” é extremamente importante, mas que deve ter a relevância para municípios vulneráveis, a partir dos critérios definidos, o que não é o caso de Pouso Alegre. Ressalvou que o Programa “Mais Médicos” visa a atenção primária, não permitindo que o profissional atue em outra situação. Afirmou que pelo fato de a cidade ser pólo de formação médica, a Administração não aderiu ao “Programa Mais Médicos”. Às 19h19min a **Ver. Lilian Siqueira** iniciou seu pronunciamento fazendo referência ao discurso do Secretário de Saúde, o qual declarou que os médicos citados recebiam um montante maior e repassavam aos demais profissionais. Pediu maiores esclarecimentos sobre esta situação. Requisitou explicações sobre o motivo pelo qual os plantonistas não recebiam individualmente. Questionou ainda por que não foi aberto um concurso para suprir a demanda. Perguntou também por que os médicos não foram contratados de uma maneira legal, para evitar todo o mal estar. Questionou se o Poder Executivo não poderia ter pensado num decreto que pudesse oferecer legitimidade à situação. Questionou, por fim, qual era o salário-base de um médico do Pronto-atendimento. O Secretário de Saúde informou que ocorreram vários concursos e processos seletivos simplificados para a contratação de médicos ao longo dos últimos 10 (dez) anos. Citou que dentre os médicos extras, existia uma profissional, que prestava um atendimento diferenciado, numa especialidade que era necessária ao município. Destacou que foi realizado um processo de seleção para aquela especialidade, e a profissional citada não desejou participar. Declarou que existe um perfil diferenciado em relação aos médicos extras, pois estes são médicos flutuantes, ou seja, médicos mais novos, que saíram recentemente da faculdade e prestaram uma prova de residência, e continuam estudando para prestar novas provas de residência. Afirmou que com estes profissionais é possível contar um mês ou dois, não garantindo que isso poderá acontecer no terceiro mês. Destacou que são situações paliativas para que a Administração possa prover de médicos que contribuirão com a saúde pública. Reforçou que vários processos foram tentados e poucos contemplados a contento, cabendo aos médicos extras atender a demanda. Afirmou que existe o desafio de buscar maneiras para atrair os profissionais médicos. Lembrou que o Ver. Dr. Paulo já havia sido diretor do Pronto-atendimento e entende a situação. Comentou que o perfil de um médico concursado é diferente do contratado. Citou ainda que o perfil do médico extra é altamente variável, pois não se pode contar com o seu trabalho todos os dias, já que não deseja possuir um vínculo empregatício com o município. Afirmou que é necessário buscar uma solução para o problema, requisitando ajuda da Câmara Municipal. Comentou que existem casos em que o paciente vai a um hospital privado, com intenção de pagar pelo serviço, e é informado de que não existe médico plantonista. Às 19h27min o **Ver. Rafael Huhn** iniciou seu pronunciamento parabenizando o Secretário de Saúde pela coragem de se propor ao debate, falando com transparência. Comentou que vários vereadores discutiram a respeito da constitucionalidade do serviço prestado. Falou que elaborou seu questionamento baseado na ideia de que o serviço pago foi prestado. Acredita que durante o processo de investigação, todas as informações necessárias serão encaminhadas à Câmara Municipal de forma técnica e detalhada. Destacou que há várias discussões sobre os horários de entrada, saída e possíveis atrasos dos médicos. Afirmou que recebeu ligação de um médico de renome no município, que reclamou de um serviço prestado pela Prefeitura Municipal, citando como exemplo a sua atividade nos plantões a respeito dos horários de entrada e de saída. Questionou o Secretário de Saúde sobre o funcionamento dos horários dos médicos, especialmente aqueles que trabalham em regime de plantão. Agradeceu a presença do Secretário de Saúde à Sessão Ordinária, destacando que desde o início tinha certeza que ele compareceria para prestar todas as informações. O Secretário de Saúde comentou que sua formação é de urgência-emergência, já tendo coordenado pronto-socorro. Afirmou que os médicos possuem compromisso, desde a sua formação, com a vida. Declarou que o profissional médico deve estar atento ao compromisso com a vida. Destacou que se um indivíduo necessita de atendimento, seguindo preceitos do Código de Ética, o médico deve suprir a necessidade, em qualquer local ou situação. Declarou que durante o plantão as coisas podem acontecer a qualquer momento. Afirmou que o profissional médico é um ser humano, lembrando-se de um caso em que, durante um plantão de 24 horas, uma pessoa reclamou de ver o médico saindo para almoçar. Declarou que a Administração tem buscado a melhoria da condição de trabalho dos médicos, citando que já está sendo solucionada a possibilidade de refeição dos médicos dentro dos Pronto-atendimentos. Comentou ainda que com as ambulâncias do SAMU, que em breve já estarão nas ruas, mesmo com sucessivos adiamentos provocados pelo Governo do Estado de Minas Gerais, acreditam que a condição dos médicos melhorará. Finalizou declarando que se faltar dez minutos para o fim do plantão, o médico possui a obrigação de atender o indivíduo que necessitar de cuidados, baseados nos preceitos éticos, técnicos e legais. Às 19h28min o **Ver. Wilson Tadeu Lopes** iniciou seu pronunciamento afirmando que antes da presença do Secretário de Saúde deu várias declarações de que a transparência aconteceria através da participação dele durante a Sessão Ordinária. Declarou que alterou a pergunta, pois o Secretário de Saúde já havia respondido o que ele desejava questionar. Destacou que tentou marcar uma consulta com a médica que atende seu filho há oito anos, e recebeu a informação de que isso só poderia acontecer em setembro. Declarou que mesmo formando setenta médicos por ano, faltam profissionais no município, tanto na rede pública, quanto na rede privada. Recebeu questionamentos de alguns médicos que são plantonistas, os quais desejavam saber se poderiam trabalhar em mais plantões por mês do que o permitido, mesmo tendo disponibilidade. Transferiu o questionamento para o Secretário de Saúde, que respondeu informando que se seguirem a disposição da lei, observando o limite imposto ao médico, aconteceria a falta de profissionais médicos na rede municipal de saúde. Declarou que isso é fato e indiscutível. Comentou que a partir da leitura simples e crua da lei, deveriam comunicar os cidadãos do município a respeito do impacto que sofreriam com o número reduzido de médicos. Pediu ajuda para tentar solucionar a questão, em especial sob o aspecto administrativo e operacional, para responder à Câmara Municipal e ao Ministério Público. Às 19h44min o **Ver. Ney Borracheiro** iniciou seu pronunciamento perguntando ao Secretário de Saúde se este já estava ciente sobre os valores recebidos pelos três profissionais. O Secretário de Saúde afirmou que apesar da Secretaria de Saúde ser o órgão ordenador, possui um dispositivo de certificar pelo que foi trabalhado, e que os valores foram repassados para que os setores responsáveis efetuassem o pagamento. Afirmou que apesar de ainda haver um processo de apuração, o trabalho realizado foi pago. Declarou que foi a primeira preocupação e que tem sido observada, de modo que haverá uma transparência necessária para que isto seja demonstrado durante o processo. Comentou que há consciência da necessidade destes médicos extras e dos serviços exigidos pela demanda. Às 19h46min o **Ver. Braz Andrade** iniciou seu pronunciamento declarando que o objeto da Sessão Ordinária é discutir a respeito dos valores pagos aos médicos, que consistiria em recursos públicos. Comentou que sua avó faleceu há cerca de um ano e meio, destacando que havia solicitado um exame na Secretaria de Saúde, onde deixou seu telefone, e que ainda não recebeu retorno a respeito desta solicitação. Inquiriu o Secretário de Saúde sobre quando este tomou conhecimento dos valores pagos aos médicos, já que declarou que os instrumentos já eram utilizados há algum tempo. Perguntou quais providências serão tomadas. Perguntou também se os valores pagos serão devolvidos, já que, de acordo com a legislação, a forma como foi feita o pagamento é ilegal. O Secretário de Saúde manifestou seus pêsames ao Ver. Braz Andrade pela morte de sua avó. Declarou que a saúde extrapola o profissional, mas que sem o médico ela também não acontece. Em relação aos supersalários, afirmou que isto seria um salário muito acima do que um trabalhador deveria receber. Afirmou que este salário deveria ser repassado a outros médicos. Declarou que se fosse para apropriação de uma pessoa, poderia até se falar em supersalário. Falou que quando afirma que não há supersalário é exatamente dentro desta conotação, em que outros profissionais endossaram números não de um profissional, mas de mais de um profissional. Afirmou que a Secretaria de Saúde tem buscado incessantemente a solução para uma série de problemas da saúde, mas que nenhum gestor encontrará uma solução, pois as necessidades mudam. Comentou que até pouco tempo, falava-se sobre tomografia, que poucas pessoas tinham acesso, e atualmente mais indivíduos conseguem efetuar esse procedimento. Afirmou que existem outros exames que começam a substituí-lo, como ressonância magnética e PET-CT, sendo que este último o SUS ainda não enquadrou no se rol. Declarou que trabalhar com saúde é trabalhar com algo dinâmico, para o qual nunca haverá solução plena para todos os problemas, já que, por sua natureza, se modifica dia a dia, com novas descobertas, novos exames e novas situações. Afirmou que no que tange ao profissional médico, optou-se por mantê-lo em atendimento às necessidades do município de Pouso Alegre. Declarou que a respeito do dispositivo administrativo, estava presente à Sessão Ordinária, de maneira transparente, demonstrando a real situação. Comentou que a lisura de todo o processo é comprovada pelo Portal da Transparência, pois se fosse algo temerário do ponto de vista legal não estaria divulgado na *internet*. Afirmou que não estão discutindo sobre um, dois ou três médicos, mas sim de mais de quarenta médicos que trabalharam, e necessitam ser remunerados. Declarou que o que está sendo falado será comprovado, pois o norte da Administração Municipal é o norte da verdade e da transparência. Afirmou que hoje em dia a Administração Pública está muito limitada, pois o concurso público ou o processo seletivo simplificado não foram suficientes para suprir as necessidades. Comentou que necessitam pensar em conjunto com a Câmara Municipal e com o Ministério Público, para dar uma resposta à população. Informou que já esteve no Ministério Público, no propósito de propor um Termo de Ajustamento de Conduta, discutido com o representante do MP, manifestando essa preocupação com o impacto da falta deste serviço. Afirmou que a angústia tem sido cotidiana e que é preciso buscar essa solução. Pediu ajuda para visualizar isto, pois a Administração Pública é limitada por sua natureza e a questão médica é extremamente diferenciada, não no sentido pejorativo da palavra, mas no sentido de que é um tipo de profissional do qual se depende, mas que existem estas nuances, que precisam ser encaradas com realismo.Às 19h55min o **Ver. Hélio Carlos** iniciou seu pronunciamento afirmando que nos anos de 2006, 2007 e 2008 prestou serviços à Prefeitura de Pouso Alegre, mas que o seu nome não teve nenhum vínculo com a Administração Municipal, pois não tinha CNPJ. Declarou que uma empresa chamada Belatur havia ganhado a licitação, mas não possuía condições de exercer os trabalhos, repassando a vários proprietários de veículos de transporte de passageiros e pagando pelos serviços prestados com o dinheiro repassado pela Prefeitura. Comentou que é esta situação que acredita estar acontecendo com a classe médica, pois o repasse do valor depositado para uma pessoa é repassado a várias pessoas para fazer um trabalho de excelência, citando o TFD como exemplo. Afirmou que há um desafio muito grande a respeito da gestão plena da saúde pública, que consiste na descentralização dos recursos da saúde, atualmente nas mãos do Governo do Estado de Minas Gerais. Afirmou que, neste caso, será necessária uma fiscalização, de fato, dentro do Hospital das Clínicas Samuel Libânio, que não é gerido pela Prefeitura Municipal. Declarou que é necessário fiscalizar o Hospital Regional. Contou que levou sua sogra, de 78 anos, ao Hospital Regional, às 16h, e ela foi atendida, por um estudante, apenas à 01h. Comentou que desde o início da gestão atual não faltam mais médicos no Pronto-atendimento do bairro São João. Desejou boa sorte ao Secretário de Saúde. Afirmou que não se pode ficar refém da classe médica. Considerou lamentável ouvir a declaração de que o município de Pouso Alegre não aderiu ao Programa “Mais Médicos” porque possui 70 (setenta) médicos formados no município e por querer deixar as vagas para estes médicos. Acredita que quanto mais o médico ganha, mais ele quer ganhar. Comentou que também acredita ser necessário facilitar a entrada de pessoas com menos condições nas faculdades de medicina e valorizar os outros profissionais, como os da educação. Perguntou ao Secretário de Saúde se o Município de Pouso Alegre ainda tem condições de enfrentar a classe médica e aderir ao Programa “Mais Médicos”. O Secretário de Saúde afirmou que este é um assunto que merece maior discussão e melhor entendimento, para que não haja mal entendido no que foi colocado sobre o programa do Governo Federal. Ressaltou que a proposta do Programa “Mais Médicos” é atender à angústia de uma série de municípios que viam, na prática, as suas unidades de saúde prontas, sua estrutura à disposição e mesmo assim ficavam até três anos sem médicos. Afirmou que alguns destes municípios ofereciam até salários maiores do que os recebidos pelos respectivos Prefeitos. Declarou que a situação de Pouso Alegre, não aderindo ao Programa “Mais Médicos” até o momento, é exatamente como uma forma de ser contemplada uma coisa primordial na formação médica, que é a relação médico-paciente. Afirmou que atualmente, na rede municipal de saúde, há estudantes de medicina que acompanham inúmeros serviços prestados por médicos do município. Comentou que é interessante como alguns profissionais se identificaram de tal maneira com a realidade de alguns locais, ao ponto de desejarem continuar acompanhando a população destas localidades. Declarou que no entorno de Pouso Alegre há municípios que, de fato, preenchem todos os quesitos do Programa, passando por necessidades que extrapolam três anos sem profissional médico. Comentou que na lógica do Programa “Mais Médicos” o profissional que se cadastra tem no seu rol de opções as cidades que aderiram ao Programa. Acredita que se o profissional vê uma cidade, que é sinônimo de progresso como Pouso Alegre e, ao lado, uma cidade com acesso limitado, o indivíduo acaba optando pela cidade pólo que aderiu ao Programa. Declarou que este assunto foi discutido com técnicos do Ministério da Saúde, que deixaram muito claro que se trabalha para resolver um problema nacional. Acredita que é necessário olhar pelos vizinhos de Pouso Alegre. Declarou que a Secretaria de Saúde tem uma aposta de que Pouso Alegre pode suprir com médicos locais sua necessidade, mas que está ciente de que este Programa é necessário para algumas realidades. Comentou que o Programa “Mais Médicos” não está limitado à contratação de profissionais, mas outras ações como expandir a formação do profissional, a abertura de mais vagas na graduação, abrir mais vagas de residência entre outras ações realizadas, para sanar alguns problemas na saúde tanto a prazo temporário quanto a médio e longo-prazo. Afirmou que, ciente de tudo isto, é obrigação de Pouso Alegre criar dispositivos para que os profissionais locais se insiram na saúde pública. Expôs que, apesar de tudo, reconhece a importância do Programa “Mais Médicos”, afirmando também que considera que tem provas de vários municípios que sofriam com a falta prolongada de profissionais, mas que hoje têm a situação solucionada por este Programa.Às 20h07min o **Ver. Hamilton Magalhães** iniciou seu pronunciamento comentando que é certo que o pagamento dos supersalários foi efetivado. Destacou ainda que é certo que houve o repasse dos recursos. Declarou também que o Secretário de Saúde é o ordenador de despesa. Perguntou se outras Secretarias Municipais têm envolvimento e o se o Poder Executivo tinha conhecimento desta operação. O Secretário de Saúde afirmou que todos os processos que envolvem uma Prefeitura Municipal não se limitam a uma Secretaria ordenadora, informando que eles partem desta Secretaria. Declarou também que dispositivos e fluxos administrativos internos existem em qualquer Poder Executivo. Comentou que realmente existe este andamento de processos, que nasce na Secretaria ordenadora, mas que passam por outras secretarias para que se efetuem os pagamentos.Às 20h09min o **Secretário de Saúde, Dr. Luiz Augusto de Faria Cardoso,** iniciou suas considerações finais afirmando que a saúde é alvo de uma discussão interminável. Comentou que o debate na Sessão Ordinária foi importante não apenas para esclarecer a questão dos supostos supersalários, mas também a questão de uma série de outros desdobramentos e situações referentes à saúde pública de Pouso Alegre. Afirmou que não lhe faltará empenho para sanar toda e qualquer situação necessária para se melhorar a saúde em Pouso Alegre. Declarou que está sendo implantado um serviço de ouvidoria regional de saúde para que se possa saber o que acontece na saúde do município. Comentou que os servidores do Poder Executivo delegam funções para que outros entes participem do processo, da maneira mais calcada e com o melhor gerenciamento possível. Colocou-se à disposição para quaisquer situações, para que seja possível tomar ciência, discutir, refletir e resolver. Afirmou que não tem preocupações maiores com o que o deixa mais tranqüilo, a certeza do trabalho e do empenho da Secretaria para fazer deste trabalho o melhor possível. Encerrado o uso da Tribuna, o Presidente passou a palavra aos líderes de bancada. O Ver. Maurício Tutty, líder do PROS, comentou que recebeu uma mensagem do Presidente Estadual do Partido, Deputado Ademir Camilo, afirmando que Pouso Alegre está na vanguarda da política, pois quando se discutem assuntos tão polêmicos, o que se vê são os grupos políticos se digladiando. Comentou que o debate foi claro e de alto nível, e que a transparência ficou evidenciada na fala do Secretário. Encerrado o uso da palavra pelas lideranças, o Presidente deu início ao Intervalo Regimental. Reiniciada a Sessão, o Presidente solicitou a recomposição de quorum, sendo constatada a presença de todos os vereadores. O Presidente passou a discussão e votação da matéria constante da **Ordem do Dia**. **Emenda nº 01 ao Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 15/2014 que altera a redação do artigo 1º do Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 15/2014**. Não havendo vereadores dispostos a discutir, a emenda ao Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal foi colocada em **única votação**, sendo aprovada por 13 (treze) votos a 1 (um). Voto contrário do Ver. Ayrton Zorzi. O Presidente Gilberto Barreiro não votou. O Ver. Ayrton Zorzi alegou que votou errado, pois desejava votar favoravelmente. **Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 15/2014 que altera a redação do parágrafo único do artigo 27 da Lei Orgânica Municipal**. O Ver. Rafael Huhn comentou sobre aspectos do projeto. Declarou que o Regimento Interno da Câmara Municipal disporá como funcionará na íntegra o novo regulamento. Afirmou que frequenta a Casa todos os dias. Disse que a partir de agora todos aqueles que forem vereadores deverão cumprir a jornada. Lembrou-se de outras legislaturas, em que nem gabinetes os vereadores possuíam. Destacou que não existe nenhuma Câmara Municipal tão bem estruturada. Informou que encaminhará este projeto para regulamentar a prestação de serviços do Poder Executivo. O Ver. Mário de Pinho pediu uma reflexão sobre a necessidade de um projeto para exigir que o vereador freqüente seu local de trabalho. Solicitou que a população acompanhe os vereadores. Declarou que seu voto era favorável. O Ver. Adriano da Farmácia afirmou que muitos vereadores ficam às vezes de bate-papo. Declarou que é favorável a uma comitiva de vereadores para acompanhar a população de perto. Pediu que a Câmara Municipal ficasse aberta até às 22h para poder atender à população. Pediu a realização das Sessões Itinerantes. Requisitou que os vereadores fizessem um relatório para o Presidente Gilberto Barreiro para divulgar suas ações. Parabenizou o Ver. Rafael Huhn. Não mais havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **1ª votação**, sendo aprovado por 15 (quinze) votos. O Ver. Rafael Huhn agradeceu os vereadores pelo entendimento da matéria. Destacou que o projeto não limita o tempo de trabalho dos vereadores. Afirmou que os vereadores também devem realizar um trabalho de rua. Afirmou que o tempo prestado na Casa justifica o tamanho da estrutura da Câmara Municipal. **Projeto de Lei nº 7053/2014que “institui a comenda ‘Nonô e Naná’ a ser concedida aos artistas de destaque em Pouso Alegre e dá outras providências”**. O Ver. Maurício Tutty comentou que o objetivo da proposta é valorizar os artistas. Declarou que Nonô e Naná contribuíram para a cultura, levando o nome de Pouso Alegre para todo o país. O Ver. Flávio Alexandre ratificou o discurso do Ver. Maurício Tutty. Afirmou que esta é uma justa homenagem aos artistas Nonô e Naná. Declarou seu voto como favorável. Não mais havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **1ª votação,** sendo aprovado por 14 (catorze) votos. O Ver. Maurício Tutty agradeceu aos vereadores pelos votos. Pediu para que fosse tocado um trecho de uma canção de Nonô e Naná. O Ver. Rafael Huhn parabenizou o Ver. Maurício Tutty pela criação da proposta e pela escolha dos nomes. Lembrou do troféu “Nonô e Naná” entregue na etapa de Pouso Alegre do Festival Nacional da Canção. Comentou ainda que há alguns dias foi votada uma homenagem a Marcílio Alves. O Ver. Mário de Pinho parabenizou o Ver. Maurício Tutty. Afirmou que todos são um pouco artistas. A Ver. Dulcinéia Costa lembrou que o Projeto de Lei pode homenagear artistas de várias áreas.O Ver. Wilson Tadeu Lopes solicitou a **inclusão e votação do Projeto de Lei nº 569/2013, que “autoriza o Chefe do Poder Executivo de Pouso Alegre a transferir o imóvel que menciona à empresa potencial TJT Poços Artesianos e Construtora LTDA, CNPJ nº 03.681.600/0001-50, descaracteriza área verde e dá outras providências”, e suas respectivas emendas**. O pedido de inclusão foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. Os vereadores Adriano da Farmácia e Dulcinéia Costa solicitaram a leitura das emendas. O Presidente Gilberto Barreiro requisitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura das duas emendas. Em seguida, o Ver. Hamilton Magalhães solicitou vistas do projeto. O pedido de vista foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 8 (oito) votos a 7 (sete). Votos contrários dos vereadores Mauricio Tutty, Mário de Pinho, Wilson Tadeu Lopes, Dulcinéia Costa, Ney Borracheiro, Ayrton Zorzi e Rafael Huhn. O Ver. Wilson Tadeu Lopes solicitou a **inclusão e votação do Requerimento nº 21/2014 que solicita votação única para o Projeto de Lei nº 622/2014**. O Requerimento foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. **Projeto de Lei nº 622/2014 que “autoriza o chefe do Poder Executivo a conceder reajuste salarial aos servidores municipais, reajusta o valor do cartão alimentação e dá outras providências”**. Não havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. A Ver. Dulcinéia Costa cumprimentou o Poder Executivo, o SIPROMAG e o SISEMPA pelo projeto com reajuste de 8,5% (oito vírgula cinco por cento) do salário e de 10% (dez por cento) do cartão alimentação. Afirmou que nos últimos cinco anos houve uma recuperação salarial de 10,5% (dez vírgula cinco por cento). Salientou outras melhorias nas condições de trabalho conquistadas nos últimos anos. O Ver. Mário de Pinho parabenizou os vereadores e o Poder Executivo. Comentou sobre o ganho real de 10,5% (dez vírgula cinco por cento). Falou também sobre a valorização dos servidores públicos em Pouso Alegre. O Ver. Rafael Huhn comentou que não houve perda salarial no Governo de Jair Siqueira. Afirmou que no Governo de Eneas Chiarini houve apenas uma reposição de 2% (dois por cento). Lembrou também que nos últimos cinco anos houve um aumento real de 10,5% (dez vírgula cinco por cento). O Ver. Wilson Tadeu Lopes parabenizou o Poder Executivo pelo aumento salarial para os servidores. O Ver. Adriano da Farmácia afirmou que os servidores públicos devem ser valorizados. Declarou que alguns servidores trabalham em péssimas condições. Afirmou que o aumento deveria ter sido maior. Comentou que um aumento de R$ 22 (vinte e dois reais) no cartão alimentação é muito pequeno. O Ver. Mauricio Tutty afirmou que o Poder Executivo gostaria de dar um aumento maior, mas foi impossibilitado devido à Lei de Responsabilidade Fiscal. Afirmou que os sindicatos aprovaram o valor do aumento. Comentou que os servidores da rede estadual novamente entrarão em greve e que isto acontece devido à política do Governo Estadual, que não dá condições aos servidores. Comentou sobre o aumento para os servidores nos últimos governos municipais. Afirmou que nenhuma cidade da região está dando um reajuste melhor que a de Pouso Alegre. O Ver. Braz de Andrade comentou que o aumento será retroativo ao mês de abril. O Presidente Gilberto Barreiro colocou em votação a **inclusão e votação do Requerimento nº 22/2014 que solicita votação única para o Projeto de Lei nº 7058/2014**. O Requerimento foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. O Presidente Gilberto Barreiro colocou em votação a **inclusão e votação do Projeto de Lei nº 7058/2014 que “concede reajuste de vencimentos aos servidores da Câmara Municipal de Pouso Alegre/MG, a partir de 1º de abril de 2014, bem como reajuste no valor do cartão alimentação e dá outras providências”**. Não havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. O Presidente Gilberto Barreiro colocou em votação a **inclusão e votação do Projeto de Resolução nº 1228/2014 que “concede reposição do subsídio dos vereadores, nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal”**. Não havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 10 (dez) votos a 4 (quatro). Votos contrários dos vereadores Hamilton Magalhães, Adriano da Farmácia, Dr. Paulo e Lilian Siqueira. O Ver. Rafael Huhn comentou que foi votado nos projetos anteriores o aumento para os servidores da Prefeitura e para os servidores da Câmara Municipal. Destacou que a votação do Projeto de Resolução nº 1228/2014 consiste na reposição de 5,8% (cinco vírgula oito por cento) do subsídio dos vereadores, com base no índice definido, não havendo qualquer aumento no valor. E, nada mais havendo a tratar, a presente sessão é encerrada às 21h36min. Ficam fazendo parte integrante desta Ata os relatórios emitidos pelo sistema eletrônico de votação, composto pela Ata resumida da Reunião e pelos registros individualizados das proposições apreciadas e votadas. E, para constar, eu, Luiz Guilherme Ribeiro da Cruz, Analista Legislativo, lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e pelo 1º Secretário da Mesa Diretora, e por mim.

Sala das Sessões em 20 de maio de 2014.

Gilberto Barreiro Mário de Pinho

Presidente 1º Secretário